

1ª PARTE

1. A REVOLUÇÃO EM ANGOLA

Sem política definida

Em Angola, «a notícia do golpe de Estado de 25 de Abril surgiu em pleno cacimbo, na estação má, no tempo das nuvens e do calor húmido» quando «o céu mostra-se indeciso: não chove, mas também o Sol não aparece». Para os luandenses o clima caracterizava também a situação política desde o derrube do regime³. Vivia-se um tempo de incerteza e expectativa. Certezas nem os novos decisores militares e políticos da Metrópole tinham quanto ao modelo de descolonização a adoptar no mais complexo caso ultramarino de transferência do Poder, reclamado por três Movimentos armados. As populações ultramarinas (que só conheciam a realidade colonial) não foram efusivas nas reacções. O 25 de Abril «foi um acontecimento inesperado, distante do que eram as suas preocupações habituais» e foi, por isso, recebido «com moderada satisfação»⁴. «Se é certo que a notícia da mudança de regime provocou uma enorme surpresa, tanto entre os europeus como entre os africanos, não é menos verdade que não desencadeou a agitação febril vista nas manifestações na Metrópole», escrevia o enviado especial da *France Presse*⁵.

O governador-geral foi exonerado na noite de 26 de Abril ficando o tenente-coronel Soares Carneiro como interino, mas nenhuma instrução foi recebida sobre a missão das FAP em Angola⁶. Em Maio, o comandante-chefe foi substituído pelo general Franco Pinheiro. Somente com as primeiras declarações políticas em Lisboa foi perceptível «a diferença de posições entre os órgãos de Estado: a Junta de Salvação Nacional (JSN), a Coordenadora do MFA e o governo»⁷. «Não existia uma visão política homogénea no seio do governo provisório. Na ausência de coordenação, cada um fazia mais ou menos

aquilo que entendia», diria Mário Soares⁸. Como Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) pretendia «assinar rapidamente um cessar-fogo nos territórios em guerra», mas não era essa a vontade do presidente da República que «tinha de respeitar». A exigência na Metrópole do regresso dos soldados e a confraternização das tropas portuguesas com os nacionalistas tornavam «irrealista» a solução Commonwealth lusófona que Spínola defendera em *Portugal e o Futuro*, publicado em Fevereiro. Na conversa com o chefe de Estado, após ter chegado de Paris, o MNE percebeu que Spínola distinguia autodeterminação de independência, não querendo, porém, que se fizesse um «cavalo de batalha» sobre a questão: o essencial seria negociar a paz. Acreditava ser possível convencê-lo «a ir mais longe» na solução para os territórios africanos. «O importante era avançar» e depois se veria se era preciso convencê-lo ou «vencê-lo»⁹. O plano spinolista era apenas um dos modelos defendidos. Uma «descolonização negociada» como pretendia Melo Antunes aproximava-se da de Mário Soares «sem ser exactamente a mesma». «Cada um começou a trabalhar para seu lado e os dirigentes africanos compreenderam então que cada um de nós conduzia uma política própria, o que lhes abria possibilidades de negociação.»¹⁰

Os líderes angolanos ignoravam de que forma o novo regime iria resolver a questão ultramarina e não se manifestaram de imediato. A prudência dos Movimentos armados era um aspecto realçado por Washington em 29 de Abril: não tinham reagido publicamente, talvez por Spínola ter aludido a uma solução política, quando exigiam a independência total, da qual não desistiriam facilmente¹¹. Embora, militarmente, não tenham saído vitoriosos do conflito colonial: o MPLA encontrava-se enfraquecido desde a cisão de Chipenda (a Revolta do Leste, ocorrida em 1973) e dos intelectuais da Revolta Activa. Reduzida a focos de resistência «nas zonas fronteiriças e nas áreas tradicionais», a FNLA atacava e fugia para as suas bases no Zaire, e a UNITA mantinha-se, desde a sua fundação em 1966, acantonada no Leste e no Sudeste, sem ser reconhecida pelos outros Movimentos que a acusavam de ter colaborado com o Exército português¹². Em suma, «a situação militar em Angola era francamente mais favorável às forças portuguesas do que em Moçambique ou na Guiné»¹³.

Para Melo Antunes parecia óbvio que o fim do Estado Novo teria de implicar o fim do império, mas «este pensamento estratégico» não era comungado por todo o MFA nem por todos os generais que tinham aderido à causa. Teve de «abrir caminho» por entre os que «consideravam “precipitado”» reconhecer a

independência¹⁴, o que causou desde o início uma «tensão latente» entre o MFA e a JSN¹⁵. Como foi evidente na visita a Angola do CEMGFA. Numa conversa privada, Costa Gomes disse a Soares Carneiro que «em Angola iríamos ficar». Nenhum dos membros da comitiva¹⁶ assistira à reunião. No final, Charais revelou o seu desagrado: «*Tinha ficado combinado que um de nós estaria sempre presente nas conversas do general*» (nós o MFA). Quando o governador interino referiu que em caso de referendo ter-se-ia de começar a recensear a população¹⁷, Charais disse já serem «soluções ultrapassadas». Costa Gomes ainda acreditava na viabilidade do plebiscito e que «Angola ia optar por continuar portuguesa»¹⁸. Em Luanda exortara os Movimentos à deposição das armas e ao início de negociações e confirmara que os quadros da extinta DGS seriam transferidos para a Polícia de Segurança Pública de Angola (PSPA) e para a Polícia de Informação Militar (PIM), mantendo-se a Organização Provincial de Voluntários para a Defesa Civil de Angola (OPVDCA)¹⁹.

Se Costa Gomes evitara dizer se a independência seria concedida, quando e como, alguns políticos expressavam a sua opinião revelando a disparidade de pontos de vista e «as diferenças de fundo» sobre o modelo a seguir. Para Almeida Santos dever-se-ia escolher «como interlocutores preferenciais os dirigentes dos Movimentos de Libertação», mas deixar de combater sem que o inimigo depusesse as armas deixaria Portugal sob uma pressão insustentável²⁰. Foi o que fizeram. Já Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares voltou a reunir-se com Neto: «*Os Movimentos rejeitavam a ideia de um cessar-fogo sem um acordo político prévio.*» O que considerava «perfeitamente compreensível: não queriam correr o risco de desarmar e desmobilizar as suas tropas antes de terem obtido sérias garantias»²¹. Em Abril, tinham morrido 22 soldados portugueses em Angola²². Em meados de Maio Portugal suspendeu todas as operações militares no território: o cessar-fogo era «um acto de boa vontade» e não uma rendição, garantia o comandante-chefe.²³ Mas a trégua não teve efeito imediato: em Maio, o número de baixas «foi semelhante ao do mês anterior»: 21 mortos e feridos e a FNLA e o MPLA endureceram posições para cada um se apresentar «como o interlocutor mais válido em possíveis conversações»²⁴. Na segunda metade do mês de Maio os ataques aumentaram²⁵. O apelo do CEMGFA foi rejeitado: sem a garantia formal que a independência seria aprazada os Movimentos não dariam por finda a guerra.

Uma semana depois do I Governo Provisório ser empossado, o Ministro da Coordenação Interterritorial (MCI) Almeida Santos foi a Angola auscultar as «forças vivas» para nomear o novo governador. Reuniu-se com Franco

Pinheiro, deslocou-se a Nova Lisboa e a Benguela e regressou a Luanda em 26 de Maio. Nesse domingo decorreu em frente ao Palácio uma «grande manifestação claramente influenciada pelo MPLA, com palavras de ordem que apontavam para a exigência da independência total». Almeida Santos e o futuro ministro da Justiça (do MPLA) Diógenes Boavida, seu colega na Universidade de Coimbra, falaram da janela à multidão²⁶. No final ocorreram tumultos: «*Algumas montras partidas, carros amolgados, taxistas agredidos.*»²⁷ «*Vários automóveis foram virados, europeus molestados e a Polícia posta em debandada. Só depois do Exército ter disparado para o ar é que o conflito acabou.*»²⁸ De seguida, apareceram os brancos: encheram o largo fronteiro «e não arredavam pé: vaias, insultos, nomes» em vernáculo ouviram-se do exterior. Como se retirava o ministro do Palácio para ir apanhar o avião? Fazendo aterrar um helicóptero nos jardins ou saindo pelas traseiras foram as hipóteses colocadas. Para entreter a multidão, Soares Carneiro falou do gradeamento aos manifestantes enquanto o automóvel se preparava para sair: o general entrou no veículo que transpôs os portões sob «algumas punhadas valentes em cima do *capot*», antes de os batedores arrancarem a toda a velocidade²⁹. No dia seguinte eram proibidas as manifestações públicas não previamente autorizadas.

Ao cônsul-geral americano Everett Briggs o ministro disse que, ao invés de Moçambique, onde tinha sido fácil encontrar um nome consensual, em Angola tinham-lhe sugerido mais de 40 nomes, a maior parte dos quais inaceitável, «pelo menos, para uma considerável minoria»³⁰. A personalidade «mais esmagadoramente desejada» foi Silvino Silvério Marques (governador de Angola entre 1962-1966)³¹. Para o cônsul americano a independência seria uma realidade, mas como não havia «raízes democráticas» em Angola (nem tempo para as implantar) e as diferenças entre os Movimentos eram abissais, seria irrealista crer na sobrevivência de um governo representativo, considerando ainda que se a situação política se deteriorasse rapidamente, como a maioria dos quase 600.000 brancos de Angola acreditava, a retirada da tropa portuguesa poderia causar um banho de sangue racial no território³².

A saída da tropa portuguesa era o maior receio da população branca. O CEME, general Jaime Silvério Marques, emitira uma circular sobre o dever da tropa se manter em Angola em «defesa da vida das populações»: «*Estamos em negociações. Temos de manter uma posição de força para que o adversário as respeite.*» Os soldados que estavam a terminar as comissões teriam de ser rendidos, mas tratava-se «mais de uma missão de paz do que de guerra»³³. E,

contudo, a paz ainda não tinha chegado a muitos pontos do território. Em Luanda, a morte de um soldado desfardado no Bairro Marçal (numa rixa que envolveu alguns taxistas) suscitara uma marcha automóvel de protesto pela cidade ao som de um incessante buzinho³⁴. Para o líder da Revolta Activa, Mário Pinto de Andrade, «os extremismos» gerados pelo medo, a preocupação e a ignorância da maioria da população (tanto negra como branca) eram a causa do «ódio recíproco» que varria a capital. «O esfaqueamento de um soldado, os recontros de populares ao jeito nítido de ajuste de contas e o rebentamento de uma bomba num bairro de Luanda» indiciavam que os problemas raciais iriam começar³⁵. O mais mediático ocorreu no dia 6 de Junho quando foi conhecida a morte de um enfermeiro negro de 39 anos, apoiante do MPLA, baleado na véspera num bar de um muceque após uma discussão com um simpatizante branco da UNITA³⁶. O Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA) «exortou a população de Luanda a apresentar-se nos dias seguintes de gravata preta, a abster-se de frequentar bares e a assistir às cerimónias religiosas» de João Pedro Bengue. Muitas centenas de negros e algumas dezenas de brancos incorporaram o cortejo fúnebre, que ao longo de uma hora percorreu silenciosamente os dois quilómetros até ao cemitério³⁷.

O MFA em acção

Em Nova Iorque, o enviado do governo português à ONU, Jorge Sampaio, revelava a sua «satisfação e surpresa por nenhum representante africano (incluindo os argelinos com os quais falou) ter exigido a independência imediata dos territórios africanos»³⁸. A pretensão de Spínola talvez pudesse ser bem acolhida, mas seria preciso convencer os estadistas reunidos em Mogadíscio, na cimeira da OUA, aos quais o chefe de Estado fez saber que não haveria «a entrega imediata da soberania em qualquer território africano, mas uma fase com vista à autodeterminação, implementada num período relativamente extenso»³⁹. Para Spínola negociar o cessar-fogo significava passar da «confrontação armada a uma solução política» e, numa fase posterior, realizar uma consulta popular. Realçava o embaixador americano em Lisboa Stuart Scott que, ao evitar a palavra referendo, Spínola deixara em aberto que pudessem ser eleições. Em Mogadíscio, o discurso causou indubitavelmente um coro de protestos⁴⁰.

A UNITA suspendera a guerrilha na parte ocidental do distrito do Moxico, depois de Savimbi se reunir, em 28 de Abril, com o padre António de Araújo